

# **ESCOLA RURAL MISTA DE SERRARIA (1956- 1970): MARCAS DE RELIGIOSIDADE, CARIDADE E CIVISMO**

**Maria José dos Santos Provásio<sup>1</sup>, Débora de Barros Silveira<sup>2</sup>, Maria Eduarda Ferro<sup>3</sup>**

**Ciências Humanas**

1. Estudante do curso de Pedagogia da UEMS na Unidade Universitária de Dourados. Bolsista de iniciação científica PIBIC/UEMS. E-mail: mariajoseprovasio@hotmail.com.

2. Orientadora, professora do curso de Pedagogia, Química e Especialização em Educação Básica: Educação Infantil. Unidade Universitária de Dourados. E-mail: debora@uems.br.

3. Co-orientadora, docente do curso de licenciatura em Pedagogia da Unidade Universitária de Dourados. E-mail: mariaeduarda@uems.br.

## **RESUMO**

A história da Escola Rural Mista de Serraria teve seu início no ano de 1955, com a chegada das irmãs vicentinas que vieram do Rio de Janeiro para a região denominada Serraria, atual Indápolis, distrito de Dourados (MS). Inicialmente as religiosas vieram para trabalhar em um hospital, mas perceberam a necessidade de desenvolver um trabalho educacional com as crianças da região já que, até então, não existia nenhuma entidade que realizasse este trabalho. A educação oferecida na região de Indápolis na década de 1950 era de caráter filantrópico, administrada pelas religiosas da igreja católica. A metodologia utilizada neste trabalho de pesquisa foi composta por entrevistas realizadas com ex-alunos da escola. A busca por aspectos remanescentes da cultura escolar da Escola Rural Mista de Serraria resultou na identificação de diferentes categorias de análise como: religiosidade, disciplina, civismo, caridade, métodos de ensino, normas de conduta e moralidade. Neste texto serão exploradas análises referentes as marcas de religiosidade, caridade e civismo.

Palavras-chave: História da Educação; Cultura Escolar, Educação do Campo

## **INTRODUÇÃO**

A Escola Rural Mista de Serraria foi fundada pelas irmãs da igreja católica no ano de 1955, quando chegaram à região de Indápolis (na época denominada Serraria) para trabalhar em um hospital. Com o passar do tempo elas sentiram a necessidade de desenvolver um trabalho educacional com as crianças da região já que até então não existia nenhuma entidade que realizasse este trabalho.

De acordo com informações que tivemos as primeiras práticas educativas realizadas pelas irmãs aconteciam embaixo de um pé de laranjeira. Mas o número de crianças foi aumentando e seria inviável continuar naquelas condições. Diante disso a irmã Ângela

Cavalcante, uma das professoras pioneiras da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) <sup>1</sup>, enviou um documento ao então governador de Mato Grosso, João Ponce de Arruda, por intermédio do então deputado José Cerqueira, que estivera visitando a região. Atendendo a solicitação da religiosa os políticos se engajaram na luta para conseguir um espaço onde as irmãs pudessem continuar desenvolvendo o trabalho que haviam começado. Com a doação de um terreno foi possível construir a escola e assim as irmãs continuaram desenvolvendo aquele trabalho considerado de extrema importância para aquela comunidade.

Tendo em vista a importância histórica da Escola Rural Mista de Serraria, atual Escola Estadual São José, realizamos uma investigação com o intuito de levantar informações referentes aos seus primeiros anos de funcionamento. Para tanto, nos dispusemos a recuperar, por meio de relatos de ex-alunos, aspectos remanescentes da cultura escolar produzida pela escola. É válido esclarecer as definições de cultura escolar que pautaram nossa análise. Para Brunet (1995), mesmo estando integradas a um contexto cultural amplo, as organizações escolares produzem uma cultura interna que lhes é própria e que exprime os valores (ou idéias sociais) e as crenças que os membros da organização partilham. Frago (1994, p. 5) aponta a cultura escolar como relacionada as “práticas e condutas, modos de vida, hábitos e ritos, a história cotidiana do fazer escolar (...)”.

Para examinarmos elementos da cultura escolar de maneira rigorosa Julia (2001) ensina que convém recontextualizarmos as fontes de que dispomos. Pessanha (2004 p. 63) afirma que para compreender a cultura escolar, é preciso analisar o conjunto de normas e práticas definidoras dos conhecimentos que aquela sociedade desejava que fossem ensinados, e os valores e comportamentos a serem impostos. Esses elementos nem sempre são visíveis nos registros oficiais (relatórios, atas, boletins). Muitas vezes é preciso ler esses registros de forma diferente, além de procurar outros menos formais como: cadernos, planos de ensino, livros, provas e material didático em geral.

---

<sup>1</sup> A Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), um exemplo de frente pioneira consonante com a Marcha para o Oeste, foi criada pelo Decreto-lei nº 5941/1943, porém só foi instituída em janeiro de 1944. Carli (2008) enfatiza que *os discursos de Vargas* tocaram os trabalhadores rurais e movimentou a população do país, atraindo para a região da CAND paulistas, mineiros, nordestinos, japoneses, paraguaios, todos em busca de adquirir terra para subsistirem por meio da agricultura. Seguida por empreendimentos de companhias privada de colonização, na década de 1950 e 1960 multiplicaram-se as colônias agrícolas em todo o sul de Mato Grosso, atraindo para região considerável contingente populacional. Esse fenômeno mudou o cenário rural e urbano da região de Dourados, provocou uma forte corrente migratória, um grande número de trabalhadores e de famílias, em geral com baixo poder aquisitivo. Referindo-se ao processo de colonização pela CAND, Fernandes e Freitas (2004, p. 45) afirmam que “(...) exigências da acumulação capitalista – entre elas, a reprodução da força de trabalho, a socialização desta e a produção da “harmonia” social necessária – e em sintonia com o projeto nacional, é que se vai verificar a promoção de políticas sociais na região, entre as quais a política de educação”.

## **METODOLOGIA**

É importante fazer uma ressalva em relação às condições de acesso a informações referentes a história da Escola Rural Mista de Serraria. A iniciativa em realizar um trabalho investigativo dessa natureza se depara com um entreve metodológico. Toda a documentação referente aos primeiros anos de funcionamento dessa instituição até 1977, ocasião da divisão do estado de Mato Grosso, foi deslocada do setor administrativo da escola para um arquivo público em Cuiabá. Esse fato representa um problema não apenas para aqueles que se preocupam com a preservação da memória da escola, mas também para aqueles que a procuram solicitando documentos comprobatórios de que lá estudaram. Impossibilitados de fazer uso de documentos administrativos que figurariam como fontes primárias de pesquisa, esta investigação de caráter qualitativo empregou os procedimentos dispostos pela história oral (MEIHY, 1996) para realização de entrevistas com roteiro semiestruturado. A coleta de dados foi realizada com quatro ex-alunos, sendo um homem e três mulheres. Todos os entrevistados foram alunos da escola entre os anos de 1955 a 1965, ou seja, na primeira década de funcionamento da instituição. Uma particularidade merece ser registrada, as três mulheres entrevistadas também trabalharam quando adultas como professoras na escola.

As pessoas entrevistadas foram Antônio Claret dos Santos (53 anos), Izalfran Maria da Silva (63 anos), Ramona Pens da Silva (60 anos) e Terezinha Sousa dos Santos (58 anos). As entrevistas foram gravadas e logo em seguida transcritas. A análise desse material em conjunto permitiu que identificássemos diversos aspectos que se repetem nas falas dos quatro entrevistados, dentre eles, optamos por enfatizar neste texto questões referentes a: “Religiosidade, Civismo e Caridade”.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Diante da fala dos entrevistados fica evidente que a Escola Rural Mista de Serraria era uma entidade de caráter assistencialista e religiosa. Quando indagamos os entrevistados sobre a prática da oração no cotidiano escolar Terezinha recorda: “tinha nossa oração normal diária né todo santo dia pedir a proteção de Deus por cada um de nos né”. Também perguntamos se os alunos eram convidados a participar de eventos religiosos e Izalfran respondeu afirmativamente recordando-se “é, e assim na segunda feira era cobrado dos alunos... Cadê

você que eu não vi na missa? Então não tinha desculpa era cobrada a presença dele na missa, na catequese, na escola e nos encontros que era preciso”.

Ao abordar a temática da educação nos espaços rurais Almeida (2005) afirma que a Igreja preservou seu lugar no desenvolvimento educacional exercendo a participação direta na estruturação das primeiras Escolas Normais Rurais. Foi constante a preocupação da Igreja em criar escolas rurais comunitárias, muito antes de o Estado tomar qualquer atitude. Neste sentido, a autora pondera que aliado ao incentivo à escolarização, muito provavelmente estava também o interesse em manter vivos os ensinamentos da Religião Católica nos currículos escolares.

Terezinha e Izalfran mencionam que todos tinham que participar dos eventos realizados pelas irmãs e que praticamente não se registravam ausências, “(...) todos já assumiam aquilo com responsabilidade né” (Izalfran), “(...) a irmã preparava cada um de nós para pra primeira comunhão, pra crisma, batizado, tinha preparação” (Terezinha). Ramona também recordou dos hábitos cristãos cultivados na instituição, “todos os dias rezavam para entrar, e sempre o teatro era direto que tinha a mensagem religiosa”. Antônio também se reportou a prática da oração diária, “quando batia o sino ia pra sala ai fazia a oração”. O mesmo entrevistado recordou-se também das festas juninas que marcavam a celebração dos dias de santos, “Santo Antônio, São João, São Pedro (...) é o mês tudinho né...”.

Os hábitos religiosos presentes na escolaridade de Ramona marcaram muito fortemente a sua formação, como podemos observar em seu relato, “(...) até hoje quando vou dar aula tenho que rezar antes de começar. E hoje acabou, não tem mais, mas não consigo trabalhar se não fizer isso.” Interessante observar que a própria entrevistada reconhece não haver obrigatoriedade na manutenção do hábito de orar antes de dar início a aula, mas ainda assim continua exercendo-o já que este foi incorporado aos seus princípios, a sua filosofia de vida.

De acordo com os relatos dos entrevistados havia um vínculo muito grande das irmãs com as famílias daquela comunidade, “a população, o convívio com elas era de família, de mães espirituais (...) o convívio com todas elas assim era família, aquela gratidão por elas era uma coisa assim permanente, nunca deixou de ser (...) a população, todo mundo voltado pra elas e elas voltadas pra nós, nossas famílias tinha uma retribuição de tudo isso, um retorno, coisa muito bonita” (Izalfran). Antônio também se refere as práticas de caridade

implementadas pelas irmãs, “a irmã ajudava muito, ela era muito boa, ajudava muito fazia campanha (...) saía pedir né (...)”.

Em relação às práticas de caridade o relato de Terezinha é ainda mais ilustrativo. Sua família foi literalmente acolhida pelas irmãs quando a sua mãe, ainda muito jovem (33 anos) ficou viúva tendo quatro filhas com idades entre 5 meses e 5 anos para criar, “na época minha mãe criou a gente sozinha, ficamos um ano aqui com as irmãs. Depois a irmã arrumou um serviço pra minha mãe trabalhar na escola né, porque ela queria um serviço pra poder cuidar da gente. Foi a maneira que ela consegui pra levar estudos pra todo mundo (...)”.

A gratidão da família de Terezinha se expressa tanto em palavras, “(...) foi a maior caridade que elas fizeram pra nós. Só Deus pra poder agradecer tudo isso, como agradecer a Deus pela bondade delas? Foram pais e mães (...)”, como na fidelidade de sua mãe ao trabalho oportunizado pelas irmãs, com as quais trabalhou por trinta anos consecutivos exercendo diferentes funções como merendeira, faxineira e inspetora de alunos.

Ficou evidente nos relatos dos quatro entrevistados que a escola valorizava muito e inculcava em seus ensinamentos atos de civismo. Todos fizeram referência espontaneamente ao “Sete de Setembro”, e alguns relataram como ocorriam as práticas de atenção e respeito aos símbolos nacionais no cotidiano escolar, “não entrávamos quanto alunos ou quanto professor, sem em posição de sentido, com todo o respeito. O hino nacional era cantado antes de entrar em sala de aula, em fila lá fora (...) todos os dias feita a oração e o hino nacional, porque antigamente era exigido isso até o aluno saber a letra do hino nacional” (Izalfran). Antônio também se lembra dos desfiles de sete de setembro, “tinha desfile eu lembro que viemos aqui (cidade de Dourados) uma vez no desfile. De primeiro era obrigatório todo mundo, todo colégio tinha que desfilar agora hoje não é mais, aquela época tinha”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho de escolarização e evangelização desenvolvido pelas irmãs da igreja católica na localidade de Indápolis foi de extrema importância para a época porque não havia nenhuma entidade que o fizesse. O fato da Escola Rural Mista de Serraria ser assumida pelo estado de Mato Grosso apenas em 1970, quando passou a chamar Grupo Escolar São José, ilustra a omissão do poder público em relação a escolarização da população daquela região.

Percebemos que até hoje as pessoas que estudaram com as irmãs se lembram delas com muito carinho. A cultura religiosa produzida durante o tempo em que as irmãs dirigiam a

escola foi tão forte que os entrevistados demonstraram conservar na memória e em práticas atuais os hábitos religiosos que adquiriram com elas no tempo em que conviveram.

### **AGRADECIMENTOS**

À Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação (PROPP). Aos entrevistados que gentilmente colaboraram com a realização da pesquisa: Antônio Claret dos Santos, Izalfran Maria da Silva, Ramona Pens da Silva e Terezinha Sousa dos Santos.

### **BIBLIOGRAFIA**

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. A Educação rural como processo civilizador. In: STEPANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol. III: Século XX – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BRUNET, L. Clima de trabalho e eficácia da escola. In: NÓVOA, A. **As Organizações escolares em análise**. Lisboa: Dom Quixote, 1995, p. 121-40.

CARLI, Maria Aparecida Ferreira. **Dourados e a democratização da terra: povoamento e colonização da Colônia Agrícola Municipal de Dourados (1946-1956)**. Dourados: editora da UFGD, 2008.

FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola; FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. Percursos e desafios da municipalização do ensino fundamental em Dourados – MS. In: **Revista Interação: Rev. Fac. Educ. UFG**, 29 (1): 43-62, jan./jun. 2004. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/interacao/article/viewFile/1331/1367>. Acesso em 20 de maio de 2010.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de Historia da Educação**. Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001

MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de História Oral**. Edições Loyola, São Paulo, 1996.

PESSANHA, Eurize Caldas, DANIEL, Maria Emilia Borges, MENEGAZZO, Maria Adélia. Da história das disciplinas escolares à história da cultura escolar: uma trajetória de pesquisa, **Revista Brasileira de Educação**, Autores Associados. Set/Out/Nov/Dez 2004 n.27.